

FELTE BEZERRA E A HISTORIOGRAFIA SERGIPANA *

Antônio Fernando de Araújo Sá**

“É o historiador do Homem Sergipano, de suas origens, o examinador dos processos de fixação, domínio, adaptação e marcha na terra do litoral e sertão, serra e brejos”.

Luís da Câmara Cascudo

A história da historiografia, infelizmente, não se encontra ainda consolidada na grade curricular dos cursos de História em Sergipe, resultando na ausência de um conhecimento mais sistematizado sobre o assunto. No caso da história da historiografia de Sergipe, a situação é um pouco mais complicada, pois poucos historiadores se aventuraram

* Texto revisto de palestra apresentada na Mesa-Redonda *Felte Bezerra: História e Antropologia* dentro da IX Semana de História da Universidade Federal de Sergipe (23-26 de novembro de 2009). Agradeço a Professora Emérita Beatriz Góis Dantas pela gentileza de fornecer e indicar livros e documentos inéditos de Felte Bezerra, que foram imprescindíveis para a confecção deste trabalho.

** Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe/UFS.

na empreitada de estudar, sistematicamente, a escrita da história sergipana. Para que superemos tal situação, é necessário que voltemos o olhar para o já realizado, dando-lhe uma dignidade de experiência possível de ser pensada em sua originalidade e por si mesma, mesmo que levemos em consideração as inexoráveis vinculações com a historiografia brasileira e internacional. A inclusão na programação da *IX Semana de História* (2009) da Universidade Federal de Sergipe da contribuição histórico-antropológica de Felte Bezerra pode ser saudada pela comunidade de historiadores locais como uma iniciativa louvável, visando reverter este quadro de desconhecimento das obras dos historiadores sergipanos.

Nascido em Aracaju no ano de 1908 e falecido em 1990, na cidade do Rio de Janeiro, Felte Bezerra teve presença marcante nos meios culturais de Sergipe entre as décadas de 1930 e 1950. Como outros intelectuais sergipanos da época, o autor inicia sua carreira de professor catedrático de Geografia no Colégio Ateneu, em 1938, defendendo a monografia *Da Terra*¹. Foi dentro do quadro geral de institucionalização do ensino de Geografia no Brasil dos anos de 1930, com a criação de cursos nas Universidades e de organismos profissionais, que Felte Bezerra desenvolveu sua vocação para as Ciências Sociais, especialmente, a antropologia. Como lembra Beatriz Dantas, como disciplina hegemônica durante o Estado Novo, a Geografia exerceu “um papel aglutinador em relação aos profissionais que atuavam em domínios científicos com fronteiras mal definidas, possibilitando participação em eventos e criando facilidades de publicação de trabalhos. Além do mais, questões metodológicas (difusionismo, por exemplo) ajudaram a aproximar essas áreas de trabalho”².

¹ DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: Um homem fascinado pela Antropologia. In: *Tomo: Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe*. Ano 1, n. 1, junho de 1998, p. 31-45 [p. 34].

² Idem, *ibidem*, p. 35.

Neste sentido, podemos relacionar a confluência de interesses entre Geografia e Antropologia ao legado de Friedrich Ratzel (1844-1904), na medida em que o pensador alemão foi um dos pais do difusionismo, renovando o pensamento geográfico com a Antropogeografia (Geografia Humana). Integrando conceitos e métodos da biologia, etnografia e geografia, a antropogeografia não pretende se restringir à descrição do território, mas também explicar “como se formou”. Em sua investigação, o geógrafo alemão elaborou minuciosos inventários analíticos acerca das relações entre comunidades humanas e seus entornos ambientais, o que o levou a ser caracterizado como o “geógrafo das culturas”. Deste modo, F. Ratzel também é lembrado pela sua contribuição no campo etnológico³.

No âmbito do debate entre a História e a Geografia nas primeiras décadas do século XX, há um paulatino afastamento das idéias de Ratzel por parte dos historiadores, especialmente pelo decisivo combate de Lucien Febvre, com *A Terra e a evolução do Homem* (1922), “que, ao pretender enaltecer a proposta de fundamento geográfico elaborado por Vidal de La Blache, simplificou o pensamento ratzeliano à condição de ‘determinista’”⁴.

Em artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (1942), Felte Bezerra se aproxima desta leitura de L. Febvre, ao defender a doutrina possibilista de Vidal de La Blache em Geografia Humana em contraposição ao determinismo ratzeliano. Para ele, “a influência decisiva do meio sobre o homem cede lugar às relações entre o meio e o homem”. Também é defendida pelo geógrafo sergipano a

³ CARVALHO, Marcos B. de. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). *Biblio 3w: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 34, 10 de junio de 1997. Capturado no site [HTTP://www.ub.es/geocrit/b3w-34.htm](http://www.ub.es/geocrit/b3w-34.htm) em 4/12/2009.

⁴ CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: Leituras Contemporâneas, Uma Reabilitação?. *Biblio 3w: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 25, 23 de abril de 1997. Capturado no site [HTTP://www.ub.es/geocrit/b3w-25.htm](http://www.ub.es/geocrit/b3w-25.htm) em 4/12/2009.

importância do pensamento de Hipolite A. Taine para a definição de meio, na medida em que “não se trata apenas do meio físico, propriamente dito, que sob o ponto de vista estritamente geográfico tem ação sobre o homem, porém do meio social e psicológico, do meio cultural, em suma”. Em resumo, “si estas [paragens] não oferecem a mesma propícia ambiência, modifica-se o homem nos hábitos ou altera a fisionomia da terra”. Este é o conceito que orienta a geografia humana para o autor⁵.

Posteriormente, o pesquisador retornaria ao conceito de Geografia Humana na *Revista do IHGS* (1955), reafirmando sua luta contra a teoria determinista, que se esforça “por simplificar as coisas”. Para Bezerra, os elementos do meio físico “não conseguem criar as mesmas condições de vida dos homens em dois ambientes análogos, porque entram em jogo os fatores culturais do grupo, os quais norteiam, de modo diverso, o mecanismo das relações e evolução humana em cada lugar”⁶.

Estas reflexões sobre teoria geográfica, desenvolvidas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* e *Revista de Aracaju*, se materializaram no livro *Investigações histórico-geográficas de Sergipe*⁷, em que se destaca a assimilação destes conhecimentos geográficos à interpretação histórica do processo de ocupação e colonização do espaço sergipano. Deste modo, o foco principal deste trabalho é a questão dos limites entre Sergipe e Bahia, centrando-se na história colonial, a partir da noção de fronteira, tão cara ao pensamento geográfico de F. Ratzel e Camille Vallaux.

Poucos foram os estudiosos que comentaram a obra histórico-geográfica de Felte Bezerra. Luís da Câmara Cascudo foi talvez quem

⁵ BEZERRA, Felte. A doutrina possibilista em Geografia Humana. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 11, n. 16, p. 15-19, 1942 [p. 16 e 18].

⁶ BEZERRA, Felte. Conceituação de Geografia Humana. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 16, n. 21, p. 20-25, 1955 [p. 24].

⁷ BEZERRA, Felte. *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952 (Coleção Rex).

melhor o perfilou no campo da história de Sergipe, colocando-o como um analista frio e percuciente dos episódios históricos, “descendo às raízes documentais. É o historiador do Homem Sergipano, de suas origens, o examinador dos processos de fixação, domínio, adaptação e marcha na terra do litoral e sertão, serra e brejos”⁸.

José Calasans o coloca como “um dos melhores pesquisadores sergipanos”, delimitando sua contribuição histórica à questão dos limites entre Sergipe e Bahia, com *Investigações histórico-geográficas de Sergipe* (1952)⁹. Além deste livro, podemos registrar sua contribuição para a história de Sergipe e do Brasil no opúsculo *Rio Branco, o Vulto – a Obra* (1945)¹⁰ e no livro *Etnias Sergipanas*, publicado em 1950, com prefácio de Emilio Willems¹¹.

Maria Thétis Nunes, em breve artigo, se restringe à vocação de professor de Felte Bezerra, que unia a vasta cultura humanística à capacidade didática para transmitir conhecimentos aos seus alunos. Apesar de não analisar os textos histórico-geográficos do seu professor de geografia, a historiadora coloca *Etnias Sergipanas e Investigações Históricas e Geográficas de Sergipe* como “obras indispensáveis ao estudo do passado sergipano”¹².

Na mais completa incursão na história da historiografia sergipana, feita por Itamar Freitas, não foi encontrada nenhuma menção sobre a contribuição de Felte Bezerra¹³.

⁸ Citado em DANTAS, B. G. & NUNES, V. M. M. (orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra* Cartas a um antropólogo sergipano (1947-50 e 1973-85). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009, p. 102-103.

⁹ SILVA, José Calasans Brandão da. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1982, p. 18.

¹⁰ BEZERRA, Felte. Rio Branco, o Vulto – a Obra. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 13, n. 18, p. 24-41, 1945.

¹¹ BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas*. 1ª. Reedição. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984 (Estudos Sergipanos, VI).

¹² NUNES, Maria Thétis. O Professor Felte Bezerra (1909/1990). *Revista do IHGS*. Aracaju, n. 31, p. 197-200, 1992.

¹³ FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão/SE: EDUFS, 2007.

Por conta deste relativo silêncio sobre a contribuição do pesquisador para a historiografia sergipana, optamos por analisar o livro *Investigações Históricas e Geográficas de Sergipe*, que busca as origens de Sergipe, empreendendo uma leitura histórica da integração física do seu território. Deste modo, podemos associá-lo à tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas ramificações estaduais¹⁴, em que é nítida a influência da obra de João Capistrano de Abreu, alinhando à geografia o descortino histórico.

No capítulo referente às *Origens de Sergipe*, o autor elabora uma digressão sobre a atmosfera de incompreensão criada entre o colonizador português e o índio brasileiro. Em sua leitura, é evidente a dificuldade da mentalidade quinhentista em entender a reação indígena, “tão humana quanto legítima”, na guerra contra os portugueses, que lhe vinham arrebatar o solo e a liberdade. Em suas palavras, o “colono exigia do indígena um comportamento que ele não poderia jamais possuir; queria que o raciocínio infantil dos brasís funcionasse como o dele, que era o representante, aliás, de uma humanidade recém-egressa do medievalismo. Por isso traduzia mal até as atitudes de hospitalidade do aborígene, feita a seu modo” (p. 21).

Há certo estranhamento desta observação por parte de um antropólogo, na medida em que ainda expressa uma imagem do índio marcada pela inocência e docilidade, remetendo à visão presente nos relatos dos primeiros viajantes às Américas. Tal idéia fez dos “povos não-ocidentais passarem a ‘primitivo’ e se tornarem, para o Ocidente, testemunhas de estágios históricos anteriores”. Neste sentido, adquiriram “o *status* da ‘infância da humanidade’ e seus membros eram, em decorrência, ‘grandes crianças’”¹⁵. Deste modo, o escritor permanecia ainda preso à metáfora evolucionista do progresso, recorrente no pensamento ocidental do século XIX.

¹⁴ GUIMARÃES, Manuel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

¹⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. A Hora do Índio. In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 162.

Na introdução do livro, publicado anteriormente com o título de Sergipe no quadro histórico-social do Brasil, na *Revista de Aracaju*¹⁶, Felte Bezerra afirma que o povoamento de Sergipe se liga tanto ao ciclo do gado, dentro do programa traçado pelos Garcia d'Ávila, Guedes de Brito e seus continuadores, como a penetração e desbravamento do sertão em busca das riquezas do subsolo. Nesta perspectiva, o rio São Francisco foi a tendência de todos esses povoadores, seguindo as teses defendidas por João Capistrano de Abreu. Então, a “conquista do solo sergipano iria franquear larga zona, repartida em sesmarias por seus capitães-mores, um tanto ativos e mesmo ‘desabusados’, aos penetradores do nosso sertão” (p. 11).

Depois da conquista, esta Capitania tornou-se “um centro irradiador desse povoamento, feito através do criatório, que das cercanias de Salvador chegou aos pastos piauienses e mesmo maranhenses, às margens do rio Parnaíba” (p. 66). Na Capitania de Sergipe, foi ocupada, inicialmente, a bacia do Real-Piauí e logo depois as bacias do Sergipe e do Vasa Barris. Segundo o historiador sergipano, a “distribuição de sesmos deixa ver claramente que esse movimento de colonização do Vasa Barris provinha da capital sergipana, da sede da Capitania, embora o seu sentido geral indique a ação atrativa que sobre ele era exercida pela Baía, pois que o rumo de Itabaiana para Simão Dias procurava as terras baianas interiores” (p. 57).

Com base na leitura das cartas de sesmos, o avanço da capitania de Sergipe para além das cabeceiras do rio Real, revelam que as sesmarias concedidas no território da Capitania de então era “muito mais vasto do que o atual, especialmente em direção do oeste” (p. 56). Deste modo, nas palavras de Felte Bezerra, a “compreensão imparcial e cuidadosa não se pode furtar a concluir que, na marcha para Oeste, nossos povoadores esticaram as terras de sua capitania até Bom

¹⁶ BEZERRA, Felte. Sergipe no quadro histórico-social do Brasil. *Revista de Aracaju*. v. 3, 1949, p. 61-65.

Conselho, Massacará, Geremoabo, Santo Antônio da Glória, Juazeiro, Jacobina, ultrapassando, de muito, a Serra Negra. Colonizaram toda a zona que, dos vales dos rios Itapicuru, Real, Vasa Barris e Sergipe, chegam ao São Francisco, o qual oferece natural limite geográfico” (p. 63-64). Assim, “do que nos foi possível coligir, é inegável o avanço até o médio São Francisco, até o alto Itapicuru, e mesmo além, numa faixa de terra que, se conservada, teria dado ao nosso Estado, nunca menos de três vezes o território que hoje possui” (p. 164).

Para nosso autor, com relação à questão dos limites entre Sergipe e Bahia não existe nenhuma dúvida com relação ao norte, pois “a divisa é o grande rio São Francisco. No sul, há quem discuta tenha sido o Itapicuru ou o Real o rio limite. Quanto ao oeste, a linde seria traçada pelo máximo de expansão orgânica da Capitania sergipana, indicada pelas posições a que chegaram seus penetradores, mediante a concessão de sesmos ou sem ela. Tais limites de alcance, obtidos em território vazio, abstração feita das tribos aborígenes, edificaram uma legítima *fronteira orgânica*, na clássica concepção ratzeliana. No critério histórico-geográfico teria sido uma fronteira zona, que haveria, ao depois, de restringir-se a *fronteira faixa*, nos pontos em que os nossos pioneiros se defrontassem com os grupos colonizadores das capitanias vizinhas” (p. 51).

Em texto anteriormente publicado na *Revista do IHGS* (1943), Felte Bezerra já havia discutido a operacionalidade do conceito de fronteira para se pensar o processo de conquista e ocupação do território sergipano. De F. Ratzel, o autor utiliza a noção de *fronteira orgânica*, “resultante dos limites até onde o organismo vivo, povo ou grupo étnico, logrou desenvolver-se. Desta maneira, as fronteiras não têm linhas definidas, apenas exprimem os movimentos dos povos, variando extraordinariamente no tempo e no espaço”. Tributário da obra ratzeliana, R. Sieger também utiliza a idéia de fronteiras orgânicas como “resultante dos países limítrofes, que as consideram como as mais úteis, embora não baseadas precisamente em acidentes naturais”. Mas são as classificações de tipos de fronteiras da geógrafa possibilista Camille Vallaux que Bezerra defende para se pensar as fronteiras do Brasil, em especial a de *fronteira colonial*. Nesta definição, as fronteiras coloniais

“são as delimitadas naturalmente, sem a participação de país vizinho, que pacificamente assiste ao seu traçado, e resultam do avanço de desbravadores ou colonizadores, quando estes, apossados de uma região deshabitada ou possuidora de civilização inferior, conseguem impor domínio e o estendem cada vez mais, enquanto houver espaço desocupado”. Também da classificação de *fronteira morta* ou *fossilizada*, proposta por Vallaux, o autor a utiliza para pensar o Tratado de Tordesilhas, por conta da intrepidez dos bandeirantes em não reconhecer a existência da linha imaginária, tornando-o letra morta¹⁷.

Neste sentido, o autor propõe que “Sergipe também concorreu para o notável serviço de ocupação do solo nacional, através da peculiar elasticidade desses vaqueiros, que não necessitavam transportes para os seus bois, eles próprios se locomovendo, para encher os espaços, como já observara com agudeza ANTONIL, através de fazendas, dos pousos, das feiras, ao realizarem o milagre da ocupação de terras vasias, feita por um pequeno contingente de homens” (p. 70).

Do ponto de vista da história da historiografia brasileira, identificamos nos autores citados pelo historiador sergipano as obras clássicas sobre a história brasileira, mostrando domínio e familiaridade com relação à produção intelectual dos historiadores à época. Por outro lado, este diálogo historiográfico serviu para inserir a história de Sergipe nos contornos mais gerais da colonização brasileira. Seguindo as propostas de João Ribeiro, a história de Sergipe colonial se liga ao ciclo do couro, por ter sido o rio São Francisco o ponto de confluência dos povoadores, vindos da Bahia, Pernambuco ou mesmo de portugueses e franceses. Daí João Ribeiro chamar a atenção para o papel do São Francisco como o caminho da civilização brasileira.

Da obra *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, o antropólogo recorre à feição psicológica do pioneiro lusitano como

¹⁷ BEZERRA, Felte. Fronteiras. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 12, n. 17, p. 95-102, 1943 [p. 99, 100, 101 e 102].

aventureiro (corajoso, arroubado e imediatista) para explicar o início da colonização, quando “se atiraram ao desconhecido de sertões ínvios, encarando e resistindo, com inquebrantável tenacidade e férrea vontade, a mil e um obstáculos” (p.7). Logo depois, vieram os *trabalhadores*, que “queriam terra para viver, para explorar, na tendência gradual de soffrear a correria nômade, até permutá-la pela fixação sedentária” (p. 12).

De Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), o escritor defende a idéia da “micibilidade lusitana, em sua capacidade genética de cruzamento” (p. 8). Essa influência do culturalismo norte-americano já se fazia presente no livro *Etnias Sergipanas*, em sua análise sobre os resultados dos contatos biológicos e culturais das trajetórias dos elementos branco, negro e índio em terras de Sergipe. Vale registrar ainda a presença das idéias de mestiçagem e aculturação proposta pelo livro clássico de Artur Ramos, *Introdução à Antropologia Brasileira*¹⁸.

Em textos posteriores, este diálogo também se fez presente, especialmente no que se refere ao fracasso da colonização batava em Sergipe. Em artigo na revista do IHGS (1959), nosso historiador traça a ação e efeitos do período nassoviano em Sergipe colonial, aproximando-se das reflexões de Felisbello Freire sobre o papel saliente de Sergipe de limite máximo de conquista dos batavos ao sul, de onde partira o movimento libertador capitaneado por Camarão e Henrique Dias, com a retomada do fortim do rio Real. Para Bezerra, o “estilo urbano da colonização intentada pelos invasores jamais poderia medrar a base econômica da produção agrícola. O interior lhes foi inconquistável. Faltaram-lhes para isso as excepcionais qualidades lusas, no jeitão de se mesclar a indígenas, a africanos e de com eles permutar modo de vida, hábito e costumes, num intenso processo transculturativo”¹⁹.

¹⁸ DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: Um homem fascinado pela Antropologia, p. 38.

¹⁹ BEZERRA, Felte. Ação e efeitos do período nassoviano em Sergipe Colonial. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 17, n. 22, p. 5-12, 1959 [p. 9].

Sobre o assunto, encontramos o capítulo *À margem da História Política de Sergipe Colonial*, que já fora publicado no ano anterior na *Revista de Aracaju*²⁰, onde o historiador identifica como conseqüências da fase da ocupação holandesa na segunda metade do século XVII foi um demorado período de anarquia. Seguindo Cândido Mendes, o autor afirma que podemos marcar como um período de obscurantismo na história de Sergipe, marcado pelos “desmandos, a instabilidade, os desentendimentos e a constante agitação e exaltação dos ânimos” (p. 72).

Como conseqüência destas guerras contra os batavos, a Capitania de Sergipe vivenciou momentos difíceis, obstruindo, até o começo do século XIX, qualquer possibilidade de progresso econômico. Segundo ele, por conta da proximidade do Governo Geral, Sergipe “recebia, de primeira mão, as tributações, que jamais cessavam, e devia satisfazê-las de qualquer maneira, apesar de suas finanças terrivelmente depauperadas” (p. 74).

É desse período de obscurantismo na História de Sergipe, que emerge a confusão entre capitanias, ouvidorias e comarca, que posteriormente trará à lume a velha questão de limites entre Bahia e Sergipe. Entretanto, para o autor, o alcance da jurisdição da Capitania de Sergipe pode ser lida na portaria de 18 de maio de 1740, em que justifica a procedência dos que têm defendido os verdadeiros limites sergipanos, “quando identificam a extensão da Ouvidoria à da Capitania; e, por conseguinte, é acertado que se faça com ambas se coincidam” (p. 90).

É perceptível a confluência da interpretação de Felte Bezerra sobre a história de Sergipe Colonial com as idéias de Luís da Câmara Cascudo, em pequeno artigo sobre a Geografia de Sergipe durante o Domínio Holandês²¹. Beatriz Góis Dantas identifica vários pontos de convergência entre as leituras entre o pesquisador potiguar e o sergi-

²⁰ BEZERRA, Felte. *À margem da história política de Sergipe Colonial*. *Revista de Aracaju*. v. 4, 1951, p. 141-153.

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia de Sergipe no Domínio Holandês*. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 11, n. 16, p. 1-6, 1942.

pano, a respeito da pouca influência holandesa na formação de Sergipe e do Nordeste de um modo geral. Para eles, “com base nos mapas da época dos flamengos, o conhecimento que tinham do território sergipano era mínimo, pois este se constituía numa ‘reserva de gado’, ‘uma terra de saque’ para o domínio holandês”²².

Portanto, segundo o antropólogo sergipano, “os holandeses aqui andaram apenas em correrias, de passagem. Mesmo assim, limite sul do alcance batavo, as fugas e deserções terão se dado, logicamente, pelos nossos sertões”²³.

Mas talvez a principal contribuição do autor para a historiografia sergipana seja a leitura histórico-geográfica dos rios que banham as terras de Sergipe. Como assevera Felte Bezerra, é bem conhecida a dificuldade na identificação e reconhecimento dos rios secundários no Brasil, pois “nem sempre os mapas existentes traduzem com fidelidade a fisiografia da terra” (p. 93). Outro problema identificado pelo autor é a *despersonalização* dos rios sergipanos, isto é, as constantes substituições de nomes de rios.

No capítulo sobre *Origens do rio Real*, que já havia sido publicado na Revista do IHGS (1948)²⁴, o historiador-geógrafo procura as verdadeiras nascentes do rio Real, sugerindo que a investigação científica trouxesse boa luz à decantada questão dos rios, ligada ao problema dos limites de Sergipe e Bahia (p. 155). Como sugestão, a pesquisa científica a ser empreendida deveria se pautar pelo auxílio da fisiografia, geomorfologia e, secundariamente, da antropogeografia, envolvendo, assim, dados da geografia física e da geografia humana.

²² DANTAS, Beatriz Góis. As Cartas e a trajetória intelectual de Felte Bezerra. In: DANTAS, B. G. & NUNES, V. M. M. (orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra Cartas a um antropólogo sergipano (1947-50 e 1973-85)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009, p. 98.

²³ BEZERRA, Felte. Ação e efeitos do período nassoviano em Sergipe Colonial. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 17, n. 22, p. 5-12, 1959 [p. 11].

²⁴ BEZERRA, Felte. As origens do Rio Real. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 14, n. 19, p. 72-80, 1948.

Para debelar a dúvida sobre os limites entre Sergipe e Bahia na parte sul, o autor inventaria documentos cartográficos e citações históricas, afirmando que “não nos foi possível a convicção de que fôra o rio Itapicuru o limite meridional da Capitania de Sergipe Del Rei” (p. 92), como propunham os geógrafos e historiadores sergipanos, como, por exemplo, Ivo do Prado.

Sobre o Rio Xingó, o geógrafo afirma que é um “Rio sem valor geográfico outro, senão o que a tradição lhe emprestou, do marco divisório entre dois estados da Federação Brasileira” (p. 156). Reven- do os relatos de geógrafos sergipanos e baianos, o autor afirma que “não existe nenhum documento que estabeleça explicitamente o rio Xingó como limite entre ambos os Estados” (p. 163). Para ele, o “mais acertado seria a demarcação feito por engenheiro, do ponto exato a 50 léguas a contar da foz do São Francisco, limite da antiga e extensa Vila Nova Real do Rio São Francisco, conforme (...) lembra F. Freire, ao cuidar da questão de limites entre os dois estados vizinhos” (p. 165).

No último capítulo, Bezerra retoma a definição de geografia humana como o estudo das relações entre o Homem e a Terra, identificando na alma aventureira do sergipano um fator de despovoamento dos campos. Aliado a esta dimensão psicológica da herança colonial, o antropólogo critica a opção industrializante do Estado, sugerindo que o “solo é que, em última análise, garante a existência humana; não há fugir dessa dependência” (p. 172).

Então, ele elenca os obstáculos para o desenvolvimento da agricultura, propondo como alternativa o combate tanto a escassez da água, quanto o seu excesso, já que a região do sertão ora é atingida pela seca, ora o é pelas enchentes do São Francisco. Deste modo, há a proposta feita pelo geógrafo da regularização do curso do rio com a canalização e o desvio de sua água; “preparação da terra, dentro dos modernos princípios pedológicos, tendo em vista os remédios contra o grande entrave à fertilização do solo: a erosão, que entre nós constitui, em vários pontos, um verdadeiro inimigo da agricultura” (p. 169).

À guisa de conclusão, percebemos na obra histórico-geográfica de Felte Bezerra o fecundo debate sobre as teorias determinista e

possibilista em Geografia, influenciando sua interpretação histórica da conquista e ocupação do território sergipano. Deste modo, podemos acompanhar a história das idéias em Sergipe na primeira metade do século XX, em que se mesclam, nesta obra, uma herança evolucionista do século XIX, remontando à obra de H. Taine, com a teoria possibilista da geografia de Vidal de La Blache, próxima da renovação historiográfica capitaneada pela obra de Lucien Febvre.

A publicação do livro que contém as cartas destinadas ao professor sergipano durante os anos de 1947-1950 demonstra que a vida intelectual na província estava atenta com o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Assim, como ressaltou a professora Thétis Nunes, no livro analisado, está evidenciada a vasta cultura humanística de Felte Bezerra, com competente domínio dos conteúdos das disciplinas História, Antropologia e Geografia²⁵.

Portanto, suas *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe* mostram a atualidade do entrosamento entre o debate histórico e historiográfico com as outras Ciências Sociais, que o identifica com a historiografia brasileira e latino-americana, nas quais sociólogos, antropólogos e economistas demonstram interesse especial pelos temas históricos. Aliás, revisitar a obra de Felte Bezerra ajuda-nos a reforçar que a maior integração com as Ciências Sociais e o menor grau de especialização são vantagens a serem preservadas pela historiografia brasileira contemporânea, especialmente diante do quadro atualmente existente nos cursos de pós-graduação em nossas universidades²⁶.

²⁵ DANTAS, B. G. & NUNES, V. M. M. (orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra Cartas a um antropólogo sergipano (1947-50 e 1973-85)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

²⁶ NOVAIS, Fernando. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. In: *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.. 301.